



---

*Análise Social*, 257, LX (4.º), 2025, 2-11

---

**A descolonização portuguesa: perspetivas atuais e desafios futuros.** Este artigo procura analisar a bibliografia produzida nas últimas décadas sobre a descolonização portuguesa. Tem como objetivo abordar três questões: o conceito de descolonização adotado até ao momento no âmbito das ciências sociais; as perspetivas que têm sido desenvolvidas; e os caminhos futuros para expandir o campo de estudo da descolonização portuguesa. Procurar-se-á demonstrar que o conceito de descolonização aplicado ao caso português privilegia uma versão minimalista e que a adoção de uma visão maximalista permitirá dar um salto qualitativo nos estudos sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descolonização portuguesa; ciências sociais; conceito de descolonização; minimalismo; maximalismo.

**Portuguese decolonisation: recent perspectives and future challenges.** This article seeks to analyze the literature produced in recent decades on Portuguese decolonization. It aims to address three issues: the concept of decolonization adopted until now in the social sciences; the perspectives that have been developed; and future paths for expanding the field of study of Portuguese decolonization. It will seek to demonstrate that the concept of decolonization applied to the Portuguese case favors a minimalist version and that the adoption of a maximalist view will allow for a qualitative leap in studies on the subject.

**KEYWORDS:** Portuguese decolonization; social sciences; concept of decolonization; minimalism; maximalism.

---

<https://doi.org/10.31447/44070> | e44070

---

## A descolonização portuguesa: perspetivas atuais e desafios futuros

### PERSPETIVAS ATUAIS

As primeiras publicações abordando a descolonização portuguesa surgiram na década de 1970, quando os movimentos de libertação ainda estavam em luta pelas independências. Todavia, somente a partir dos anos 1990 se intensificou o interesse das ciências sociais pelo tema. A partir de 2000, o número de publicações aumentou consideravelmente dado o surgimento de uma nova geração de investigadores que começou a debruçar-se sobre o fim do império português. Ainda assim, a descolonização portuguesa continua a ser relativamente pouco estudada quando comparada com outros temas da história de Portugal, como a expansão marítima nos séculos xv-xvi ou o Estado Novo no século xx.

Nesta nossa análise tomaremos como ponto de partida a bibliografia produzida a partir de 2000, procurando esclarecer as seguintes questões: que conceito de descolonização transparece nos estudos que têm sido elaborados até ao momento no âmbito das ciências sociais? Quais as perspetivas que têm sido desenvolvidas? Que caminhos deveremos seguir para expandir o campo de estudo da descolonização portuguesa? Pretendemos demonstrar que o significado do conceito de descolonização aplicado ao caso português privilegia uma versão minimalista e, para que se possa dar um salto qualitativo nos futuros estudos sobre o tema, defendemos a adoção de uma visão maximalista da interpretação do fim do império português enquanto processo multifacetado e cronologicamente abrangente.

Apostando em análises empíricas, os estudos sobre a descolonização portuguesa têm promovido uma interpretação circunscrita do fim do império português, que aqui designamos como minimalista.<sup>1</sup> O minimalismo é

1 Uma interpretação semelhante é apresentada por Cooper (2005), com o seu conceito “*light-switch view*” of decolonization.

favorecido pela cronologia adotada, pois as ciências sociais têm entendido a descolonização como um processo assente na curta duração, que conduziu à transferência da soberania política sobre as colónias, com a substituição da administração colonial portuguesa pela dos estados pós-coloniais (Ferreira, 1994). De acordo com esta perspetiva minimalista, a luta armada desencadeada pela União das Populações de Angola (UPA) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1961 é geralmente utilizada como ponto cronológico de partida (Macqueen, 2017). Uma exceção a esta perspetiva é o estudo de Valentim Alexandre (2017), que utiliza uma cronologia mais alargada, remontando ao período pós-II Guerra Mundial. Quanto ao momento em que o processo de descolonização foi concluído, muitos estudos não vão além de novembro de 1975, com a proclamação da independência de Angola (Ferreira, 1994). Aqueles que apostam na longa duração avançam até 2002, quando Timor-Leste, invadido pela Indonésia em dezembro de 1975 antes de Portugal ter acordado a transferência de poder com organizações timorenses, obteve por fim a independência (Rosas, Machaqueiro e Oliveira, 2015). A maior parte destes trabalhos incide sobre a contestação da dominação colonial portuguesa e no processo de transferência política. Por isso, têm ficado de fora do seu âmbito temporal quer o período anterior à luta armada, quer as transformações e permanências dos efeitos do colonialismo português nas sociedades africanas e asiáticas no período pós-colonial.

A conceção minimalista da descolonização portuguesa tem igualmente sido alimentado por diferentes perspetivas de análise desenvolvidas pelas ciências sociais em Portugal. Estas perspetivas coincidem com aquelas que foram identificadas por autores como Rothermund (2006) e Bogaerts e Raben (2012), em relação à forma como as descolonizações das outras potências coloniais europeias têm sido analisadas. Assim, parte da bibliografia existente tem privilegiado o estudo da perspetiva metropolitana, procurando perceber porquê e de que modo teve lugar a descolonização portuguesa (Pinto, 2001; Ferreira, 1994). Esses estudos têm aprofundado algumas linhas de investigação, focando-se na correlação entre o processo de democratização em Portugal após o derrube do Estado Novo e a independência das colónias (Pimenta, 2010). A centralidade da violência no fim do colonialismo português tem igualmente sido objeto de alguma atenção (Afonso e Gomes, 2000). Refira-se ainda as publicações que detalham a evolução do sistema colonial português nas décadas de 1960 e 1970, os projetos de desenvolvimento implementados nas colónias a partir de finais da década de 1950 e o reformismo empreendido no seguimento do início da guerra colonial (Jerónimo e Pinto, 2015).

Uma outra tendência consiste em explicar a descolonização segundo a perspetiva das organizações anticoloniais que lutaram contra o colonialismo

português. Neste âmbito tem-se apostado sobretudo no estudo das organizações que se envolveram na luta armada, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e, em menor extensão, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ou o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO). Tem-se analisado, por exemplo, o percurso dessas organizações anticoloniais, as circunstâncias em que foram fundadas, os seus militantes, a atividade no exílio, a relação com os países de acolhimento, as lutas internas e as dissidências, a competição com grupos rivais ou ainda a coordenação de esforços através da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) e da Aliança do Congo (Byrne, 2016; Tornimbeni, 2022). De modo complementar, examinaram-se também as práticas das organizações anticoloniais, explorando-se o modo como mobilizaram determinados conceitos e as atividades que desenvolveram contra o governo português no domínio militar, na diplomacia, na comunicação, incluindo através da imprensa e da produção de filmes, entre outros (Dhada, 1993; Laranjeiro, 2021).

A descolonização portuguesa tem igualmente vindo a ser pensada como um fenómeno transnacional, compreensível à luz das transformações nas relações internacionais do pós-II Guerra Mundial. Para isso, tem-se procurado mostrar como a Guerra Fria permitiu ao Estado Novo obter apoios para resistir à descolonização; como as organizações anticoloniais tiraram partido da rivalidade bipolar para conseguir assistência de países como a União Soviética, a República Popular da China, a Jugoslávia e Cuba; ou ainda como, em particular, a transferência dos poderes em Angola se interligou com os interesses dos blocos ocidental e socialista (Telepneva, 2021; Gleijeses, 2002). A investigação tem também salientado a interligação entre a descolonização portuguesa e a expansão do espaço político internacional, com o surgimento de novos países independentes e a multiplicação de atores não estatais, como organizações intergovernamentais, organizações não governamentais e ativistas (Jerónimo e Pinto, 2014). Isto tem ditado o interesse pelo apoio concedido aos anticolonialistas pelos países africanos, nomeadamente os que tinham fronteiras com as colónias portuguesas (Roberts, 2022; Mpangala, 2007). De igual modo, tem-se verificado uma crescente atenção aos debates no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização de Unidade Africana (OUA), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da Comunidade Económica Europeia (CEE) relativamente à descolonização portuguesa (Santos, 2017; Walraven, 1999). Outro resultado relevante destes estudos consiste em tornar visível as conexões dos anticolonialistas das colónias portuguesas com

organizações não governamentais de solidariedade, assim como ativistas individuais em países ocidentais e socialistas (Barros, 2020; Collins, 2020).

As escolhas dos investigadores em ciências sociais têm igualmente produzido esforços para perceber a descolonização portuguesa do ponto de vista dos indivíduos. Isto tem contribuído para a elaboração de biografias de políticos e militares portugueses, bem como dos líderes das organizações anticoloniais (Isaacman e Isaacman, 2020; Sousa, 2016). Além disso, ressaltam-se os estudos sobre a presença de refugiados angolanos e moçambicanos na República Democrática do Congo (RDC) e na Tanzânia após o início da guerra colonial. Destacam-se, nessa bibliografia, temáticas como a expansão do sistema internacional de assistência e proteção aos refugiados para incluir os angolanos, a assistência humanitária fornecida por organizações americanas, as tentativas do governo tanzaniano para integrar os moçambicanos nos seus programas de construção da nação ou os projetos educativos desenvolvidos pela FRELIMO para os que fugiram de Moçambique (Guardião, 2024; Tague, 2019). Estes estudos encontram paralelo naqueles que exploram o comportamento das minorias brancas de Angola e Moçambique na descolonização, o seu êxodo no seguimento das negociações para a independência e a integração em Portugal, inclusivamente recorrendo à comparação com os *pieds-noirs* em França após a independência da Argélia (Pimenta, 2016 e 2020; Delaunay, 2024). Escrever sobre os indivíduos tem de igual modo incluído a análise dos legados e da memória do processo de descolonização na atualidade, tanto em Portugal como nos países africanos (Cardina, 2023; Ribeiro, 2022).

Não obstante a multiplicação das perspetivas adotadas para se compreender a descolonização portuguesa, as ações de Portugal, das organizações anticoloniais, de outros países, de atores não estatais e dos indivíduos têm sido analisadas como se fossem realidades isoladas, sem interligação. Tentativas para integrar as diferentes perspetivas como a que foi seguida por MacQueen (2017), que conjuga as decisões da metrópole com a das organizações anticoloniais, continuam a ser a exceção e não a regra. Mesmo se, em livro editado recentemente por Borges e Oliveira (2024), as perspetivas da metrópole, das organizações anticoloniais, das relações internacionais e dos indivíduos estão representadas em capítulos individuais, não existem textos que integrem os múltiplos níveis de análise em simultâneo. Com isso, tem-se reforçado a visão minimalista da descolonização portuguesa, que tarda em reorientar-se no sentido de um entendimento mais amplo do conceito de descolonização.

A par da cronologia e das diferentes perspetivas empregues, outro elemento que contribui para uma visão minimalista da descolonização portuguesa prende-se com o facto de os estudos se focarem sobretudo em acontecimentos políticos. Embora a variedade de temáticas relacionadas com a descolonização não

cesse de aumentar (sendo abordadas com recurso às mais diversas metodologias), verifica-se que os assuntos relacionados com a economia, a sociedade, a cultura ou a religião têm merecido pouca atenção. A mesma afirmação pode ser aplicada às experiências das outras potências coloniais e povos colonizados, que não têm encontrado espaço nos estudos sobre o fim do império português. Com efeito, a descolonização portuguesa tem sido analisada no quadro das fronteiras portuguesas e das suas colónias, sendo notória a ausência de estudos comparativos (excetuando Reis, 2015). A opção por análises confinadas ao quadro nacional constitui mais um aspeto a reforçar a interpretação minimalista que consideramos prevalecer nos estudos sobre a descolonização portuguesa em ciências sociais.

### DESAFIOS FUTUROS

Por ser um campo de estudo relativamente recente, continuamos a ter uma imagem fragmentada da descolonização portuguesa. O trabalho desenvolvido até ao momento precisa de ser complementado com estudos teóricos, nomeadamente através da adoção de um conceito de descolonização mais amplo. A descolonização portuguesa deve ser repensada à luz dos avanços teóricos internacionais, em que o fenómeno tem sido crescentemente visto não como um processo único que resultou na mudança de soberania, mas sim como um conjunto de processos envolvendo o pós-colonialismo, a recolonização, a decolonialidade, o desenvolvimento ou a globalização, cujas ramificações transcenderam as transferências formais de poderes (Thomas e Thompson, 2018; ver também Blanes e Aboim neste número). No âmbito dos estudos sobre a descolonização europeia tem-se procurado ir além das transferências de poderes, adotando-se uma perspetiva maximalista, que abarca as consequências da descolonização nos antigos territórios colonizados, bem como os impactos dos impérios nas sociedades europeias. Ao repensar-se a descolonização portuguesa segundo esta linha de investigação maximalista é igualmente indispensável contemplar uma cronologia mais alargada, que inclua um período histórico desde o pós-II Guerra Mundial (e não somente a década de 1960 e meados dos anos 1970), de forma a compreender as dinâmicas da resistência portuguesa ao caminho iniciado por outras potências coloniais.

O desenvolvimento destes estudos deverá também considerar a descolonização portuguesa como parte integrante das múltiplas variantes da descolonização que ocorreram após o segundo conflito mundial. Como referido acima, a descolonização portuguesa tem sido analisada no quadro das fronteiras portuguesas e das suas colónias, perdendo-se com isso a perspetiva regional, internacional e transnacional. Um maior recurso a estudos comparativos – por

exemplo, entre as ações de Portugal e das demais potências coloniais, ou entre as colônias portuguesas e outras situações de dominação colonial e segregação racial – poderá contribuir para situar a resistência do governo português à descolonização como parte de um processo globalmente conectado, enquadrado num fenómeno muito mais amplo e complexo que transcendeu as fronteiras de uma única potência colonial e das suas colônias.

O esforço para se retirar a descolonização portuguesa do isolamento ao qual tem sido votado poderá ainda resultar do estudo das interligações entre a luta das organizações anticoloniais das colônias portuguesas e outras experiências similares. Para além de se desenvolverem trabalhos, ainda incipientes, sobre como as organizações anticoloniais das várias colônias portuguesas conjugaram esforços e concertaram estratégias entre si, existem pelo menos três níveis de análise a merecer aprofundamento. O primeiro refere-se à forma como a luta pela independência das colônias portuguesas manteve conexões com outros conflitos contemporâneos, como foi o caso da guerra do Vietname. O segundo relaciona-se com a circunstância de as organizações anticoloniais terem seguido o exemplo de métodos de mobilização política, ações de guerrilha ou técnicas de comunicação usadas em outros contextos (como no caso da guerra na Argélia). O terceiro reporta-se ao facto de a luta pela independência das colônias portuguesas ter sido construída tanto em torno de ideias locais, como em torno de uma retórica alimentada por ideias transnacionais como o pan-africanismo, o não-alinhamento ou o terceiro mundismo.

Uma renovação da agenda de pesquisa terá igualmente de contemplar a recuperação das vozes daqueles que não participaram nas transferências dos poderes e não fizeram parte da vida política das colônias portuguesas no pós-independência. Antes e depois do 25 de Abril de 1974 surgiram inúmeras organizações que alimentaram ideias e projetos políticos para os seus territórios de origem, sem terem, no entanto, conseguido concretizá-los. A pluralidade de participantes na contestação à política colonial portuguesa continua a ser uma faceta pouco estudada, sobre a qual convinha conhecer ideias e motivações. O mesmo se aplica a determinados atores sociais (como os eclesiais, os intelectuais, os proprietários, ou os funcionários públicos, por exemplo) que também conceberam ideias e projetos políticos para as colônias portuguesas. Com a exceção das comunidades brancas em Angola e Moçambique, dos “retornados”, dos refugiados angolanos e moçambicanos, das populações urbanas da Praia e de São Vicente em Cabo Verde e dos habitantes de Cacheu, na Guiné-Bissau, as complexidades das experiências das populações locais quanto ao fim do colonialismo português continuam a escapar-nos. Precisamos de compreender com mais detalhe qual o significado atribuído à descolonização pelas sociedades africanas e asiáticas que estiveram sob dominação

colonial portuguesa, explorando nomeadamente as mudanças e as continuidades verificadas no pós-independência.

Uma outra limitação a ultrapassar é a falta de obras de síntese, semelhantes às produzidas em relação às descolonizações britânica e francesa. Essas obras de síntese deverão apostar em análises multiníveis, que integrem simultaneamente as perspetivas metropolitana e dos movimentos de libertação, bem como os pontos de vista de atores não estatais e individuais, assim contribuindo para ultrapassar a atual tendência para estudar a descolonização portuguesa de forma segmentada. Mais trabalhos interdisciplinares, envolvendo também investigadores localizados em diferentes geografias, podem resultar na produção de tais análises. Por fim, essas análises deverão apostar na diversificação das fontes históricas, com maior recurso a arquivos africanos, nomeadamente dos países que mantinham fronteiras com as colónias portuguesas e que acolheram as organizações anticoloniais (caso da RDC, República do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Senegal e Guiné-Conacri), daqueles com os quais Portugal colaborou (como África do Sul e Rodésia do Sul), bem como da Organização de Unidade Africana (OUA). Esses arquivos continuam pouco explorados e a informação neles existente pode ser conjugada com fontes orais, cuja valorização permitirá suprir muitas das atuais lacunas nos estudos sobre a descolonização portuguesa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, A., GOMES, C. (2000), *Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ALEXANDRE, V. (2017), *Contra o Vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Temas e Debates.
- BARROS, V. (2020), “The French anticolonial solidarity movement and the liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde”. *The International History Review*, 42 (6), pp. 1297-1318.
- BOGAERTS, E., RABEN, R. (2012), *Beyond Empire and Nation: The Decolonization of African and Asian Societies, 1930s-1960s*, Leiden, KITLV Press.
- BORGES, J. V., OLIVEIRA, P. A. (eds.) (2024), *Crepúsculo do Império – Guerra e Descolonização*, Lisboa, Bertrand.
- BYRNE, J. J. (2016), *Mecca of Revolution: Algeria, Decolonization, and the Third World Order*, Oxford, Oxford University Press.
- CARDINA, M. (2023), *The Portuguese Colonial War and the African Liberation Struggles*, Londres, Routledge.
- COLLINS, S. D. (2020), *Ubuntu. George Houser and the Struggle for Peace and Freedom in Two Continents*, Athens, Ohio University Press.
- COOPER, F. (2005), *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*, Berkeley, California, University of California Press.
- DELAUNAY, M. (2024), *Les Retornados: Accueil et Intégration des Repatriés de la Décolonisation Portugaise*, Rennes, Pu de Rennes.
- DHADA, M. (1993), *Warriors at Work: How Guinea was Really Set Free*, Colorado, University Press of Colorado.
- FERREIRA, J. M. (1994), “A descolonização: seu Processo e consequências”. In J. Mattoso (ed.), *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 53-101.
- GLEIJESES, P. (2002), *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- GUARDIÃO, A. (2024), “Viragens humanitaristas para o desenvolvimento: o caso dos refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, 1961-1975”. *Ler História*, 85, pp. 65-87.
- ISAACMAN, A., ISAACMAN, B. (2020), *Mozambique’s Samora Machel. A Life Cut Short*, Athens, Ohio University Press.
- JERÓNIMO, M. B., PINTO, A. C. (2014), *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, Lisboa, Edições 70.
- JERÓNIMO, M. B., PINTO, A. C. (2015), “A modernizing empire? Politics, culture, and economy in Portuguese late colonialism”. In M. B. Jerónimo, A. C. Pinto (eds.), *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, Houndmills, Palgrave Macmillan, pp. 51-80.
- LARANJEIRO, C. (2021), *Dos Sonhos e das Imagens. A Guerra de Libertação na Guiné-Bissau*, Lisboa, Outro Modo Cooperativa Cultural.
- MACQUEEN, N. (2017), “Portugal”. In M. Thomas, A. Thompson (eds.), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Oxford, Oxford University Press, pp. 162-178.
- MPANGALA, G. (2007), “Tanzania’s support to the liberation struggle in Southern Africa”. In H. Othman (ed.), *Sites of Memory: Julius Nyerere and the Liberation Struggle of Southern Africa*, Zanzibar, Zanzibar International Film Festival.

- PIMENTA, F.T. (2010), *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, F.T. (2016), *Angola, os Brancos e a Independência*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, F.T. (2020), *Branços de Moçambique: Da Oposição Eleitoral ao Salazarismo à Descolonização (1945-1975)*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- PINTO, A. C. (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REIS, B. C. (2015), “Myths of decolonization: Britain, France, and Portugal compared”. In M. B. Jerónimo, A. C. Pinto (eds.), *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, Hampshire, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, pp. 126-147.
- RIBEIRO, M. C. (2022), *Des-cobrir a Europa: Filhos de Impérios e Pós-memórias Europeias*, Porto, Edições Afrontamento.
- ROBERTS, G. (2022), *Revolutionary State-making in Dar Es Salaam: African Liberation and the Global Cold War, 1961-1974*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSAS, F., MACHAQUEIRO, M., OLIVEIRA, P.A. (eds.) (2015), *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Nova Vega.
- ROTHERMUND, D. (2006), *The Routledge Companion to Decolonization*, Londres, Nova Iorque, Routledge.
- SANTOS, A. A. e (2017), *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa (1960-1974)*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.
- SOUSA, J. S. (2016), *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Coimbra, Edição de Autor.
- TAGUE, J. (2019), *Displaced Mozambicans on Postcolonial Tanzania. Refugee Power, Mobility, Education, and Rural Development*, Londres, Routledge.
- TELEPNEVA, N. (2021), *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961-1975*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- THOMAS, M., THOMPSON, A. (eds.) (2018), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Oxford, Oxford University Press.
- TORNIMBENI, C. (2022), “The CONCP in Southern Africa and the OAU’s liberation committee: settling internal disputes for the independence of Angola and Mozambique”. *Journal of Southern African Studies*, 48 (6), pp. 1099-1117.
- WALRAVEN, K. van (1999), *Dreams of Power: The Role of the Organization of African Unity in the Politics of Africa. 1963-1999*, Leiden: African Studies Centre.

---

Recebido a 19-01-2025. Aceite para publicação a 25-06-2025.

---

SANTOS, A. A. (2025), “A descolonização portuguesa: perspetivas atuais e desafios futuros”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44070. <https://doi.org/10.31447/44070>.

---

Aurora Almada e Santos » [aurorasantos@fch.unl.pt](mailto:aurorasantos@fch.unl.pt) » IHC-IN2PAST » Avenida de Berna, 26C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-5753-7015>.

---